

MANUAL AMBIENTE E CONSERVAÇÃO



Entidade Formadora



**Programa de Formação Avançada para ANEs
- Formações Temáticas -**

FICHA TÉCNICA

Texto: **Aissa Regalla de Barros** – Coordenadora de Seguimento de Espécie no Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

Ana Cristina Vaz – Responsável de Comunicação no Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

Leonildo Cardoso – Responsável de Planeamento, Seguimento e Avaliação no Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

Revisão: Ana Teresa Forjaz

Data: Abril de 2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTEAL	4
2.1. Principais Acontecimentos Internacionais – (Datas).....	5
3. CONCEITOS ECOLÓGICOS E DO AMBIENTE.....	7
3.1. Conceitos-Chaves na Área da Conservação Ambiental	7
4. QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO INTERNACIONAL E NACIONAL NA ÁREA DO AMBIENTE.....	13
4.1. O que são Convenções Internacionais e Para que Servem ?	13
4.2. Como Analisar uma Convenção?	13
4.3. As Três Importantes Convenções Ambientais Internacionais	15
4.4. Exercício de Reflexão 1	15
4.5. Exercício de Reflexão 2	16
4.6. Exercício de Reflexão 3	17
4.7. Outras Convenções e Tratados Ractificados Pela Guiné-Bissau	19
4.8. O Quadro Político e Institucional da Conservação Ambiental na Guiné – Bissau	20
4.8.1. A evolução política nacional ao nível do ambiente.....	20
4.8.2. Instituições, Organizações e Projectos na área Ambiental	21
5. A BIODIVERSIDADE DA GUINÉ-BISSAU	22
5.1. Os Principais Ecossistemas Existentes na Guiné-Bissau.....	22
5.2. Exercício de Reflexão 4	22
5.3. A importância da Biodiversidade da Guiné-Bissau ao Nível Nacional e Internacional	23
5.4. Exercício de Reflexão 5	23
5.5. Identificação do Valor Socio-económico e Cultural dos Ecossistemas.....	25
5.6. Exercício de Reflexão 6	27
6. AS ÁREAS PROTEGIDAS COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	29
6.1. As Diferentes Áreas Protegidas na Categoria da UICN	29
6.2. A Criação das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau O Seu Papel na Manutenção dos Ecossistemas	30
6.3. As Prioridades na Gestão das AP	31
6.4. As Espécies Emblemáticas	31
6.5. Exercício de Reflexão 7	32
Análise dos Benefícios e dos Constrangimentos Da criação das Áreas Protegidas	32
7. AS AMEAÇAS AMBIENTAIS	33
7.1. As ameaças Ambientais Resultantes das Diferentes Actividades Humanas	33
7.2. Exercício de Reflexão 8	33
7.3. Exercício de Reflexão 9	34
7.4. A Exploração Insustentável dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau	35
8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	36
8.1. A Abordagem do Desenvolvimento Sustentável na Guiné-Bissau	38
8.2. Exercício de Reflexão 10	41

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país rico em biodiversidade e em recursos naturais renováveis.

A economia e a sobrevivência da maior parte da população guineense depende directamente da exploração dos recursos naturais, sendo a agropecuária e a pesca a base do desenvolvimento, tanto local como nacional.

As florestas ocupam mais do que metade do território nacional e contribuem com 13,7% para o PIB. Elas servem de fonte de alimentos e de combustível (energia lenhosa), de materiais de construção, de fibras e fonte de medicamentos para a maior parte da população guineense.

Por sua vez, as comunidades rurais precisam das florestas para as suas actividades extractivas e recolha de plantas medicinais, e ainda como locais de realização de cerimónias sagradas ou tradicionais. Neste sentido, as florestas desempenham a função cultural e religiosa.

É reconhecido também a importância dos ecossistemas marinhos e litorais na vida da população guineense. Os peixes e os moluscos são as primeiras fontes de proteínas animais à escala do país desempenhando um papel vital para a economia e a segurança alimentar das populações rurais pobres.

Ainda, do ponto de vista dos ecossistemas marinhos, é de realçar a importância do mangal “tarrafe”, que cobre cerca de 8% do território nacional. Este ecossistema joga um papel particularmente importante na renovação dos recursos marinhos, por ser o lugar no qual muitas espécies aquáticas utilizam para o seu processo de reprodução, crescimento, alimentação, refúgio, repouso, etc.).

A zona costeira com rias muito complexas e com importantes superfícies de mangal, caracterizada por mudanças permanentes entre o meio marinho continental, é uma zona de produtividade biológica cuja influência geográfica se faz sentir ao nível regional.

Mas esta riqueza precisa de ser preservada de forma a servir as gerações actuais e futuras. Para isso, a conservação ambiental e a promoção de um desenvolvimento sustentável devem ser prioridades no processo de desenvolvimento socio-económico e cultural da Guiné-Bissau.

No entanto, a conservação ambiental apresenta inúmeros desafios, a começar pela apropriação da sua importância, tanto pelo Estado, como por outros actores não estatais, como sejam as instituições públicas e privadas, as ONGs, as populações e locais.

Neste sentido, este manual visa, em primeiro lugar, proporcionar uma contextualização no âmbito da área ambiental e da conservação, de forma a que os formandos ou o seu leitor possam familiarizar com os diferentes conceitos, abordagens e com os desafios emergentes do debate sobre a conservação ambiental.

Por outro lado, ao fornecer um enquadramento teórico conceptual, este manual constitui assim um instrumento de exploração contínua e contextual, de acordo com as necessidades específicas de cada área de actividade, cuja abordagem ambiental venha a ser relevante.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

Ao longo das últimas décadas o debate sobre o desenvolvimento sustentável tem vindo a marcar a agenda internacional, com reflexos claros nas políticas e acordos firmados ao mais alto nível das nações, assim como no aumento da consciencialização das populações pobres.

Embora seja reconhecido que a preocupação com questões ligadas à natureza não é algo recente na história da humanidade, até o início do século XX não era tão clara a relação entre o aumento do consumo e de produção de bens para cobrir a procura de uma população mundial em crescimento exponencial e a característica finita dos recursos naturais.

Para além de pensar que o meio ambiente era uma fonte inesgotável, as ciências de observação da natureza, como a física a química e a biologia, não eram ainda suficientemente desenvolvida para compreender as "ameaças ao desequilíbrio natural causado pela ação do homem".

Com a globalização emergiu uma nova fase caracterizada pela reflexão sobre o meio ambiente. A emergência da diplomacia multilateral das organizações internacionais resultantes das duas Guerras Mundial favorece o espaço de discussão à volta da proteção ambiental, das quais viriam a resultar os grandes tratados multilaterais. Mas, é sobretudo após a segunda metade do século XX, quando a degradação ambiental começa a tornar-se alarmante, é que a comunidade internacional compreende que os problemas ambientais constituíam uma preocupação mais ampla.

Essa constatação fez surgir uma concepção, cujos focos de preocupações recaiam não só sob o ponto de vista dos interesses humanos mas a preocupação com a natureza por si mesma.

Em vista disso, foi reconhecido que a proteção ambiental deveria abranger não apenas os interesses das actuais gerações mas também das futuras, o que demonstra a necessidade da utilização racional dos recursos naturais, por eles serem "direito intergeracional".

De seguida, apresenta-se o esquema que permite acompanhar os principais acontecimentos que se deram neste debate até a data actual.

2.1. Principais Acontecimentos Internacionais – (Datas)

1968	Criação do Clube de Roma Grupo de personalidades ilustres que se reúnem para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Publicou em 1972 relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, que lança o alerta para os limites dos recursos naturais, em face do crescimento da população. São levantados problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. O Clube de Roma tem, entre seus membros principais cientistas, inclusive alguns prémios Nobel, economistas, políticos, chefes de estado e organizações internacionais.
1972	Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano – Estocolmo É a primeira Cimeira da Terra, na qual é apresentada pela primeira vez a nível mundial a preocupação com as questões ambientais globais e a tentativa de organizar as relações entre o Homem e Meio Ambiente.
1977	Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação Para a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, a desertificação, além de comprometer o equilíbrio ambiental do planeta, é a raiz de Problemas políticos e socioeconómicos, como a pobreza, a segurança alimentar e as precárias condições de vida das populações mais vulneráveis. Por esse motivo, o acordo internacional apresenta como fundamental o papel da sociedade civil na luta pelo combate à desertificação.
1980	A Estratégia Global para a Conservação – UICN Surge pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” e são identificados os principais agentes de destruição dos habitats, incluindo a pobreza, a pressão demográfica, a iniquidade social e o comércio. Apela a uma nova estratégia internacional de desenvolvimento para alcançar uma economia mundial mais estável e dinâmica, combatendo os impactos da pobreza.
1982	Carta Mundial da Natureza – ONU Adopta o princípio de que qualquer forma de vida é única e deve ser respeitada, independentemente do seu valor para a humanidade. Apela para um melhor conhecimento da dependência da humanidade dos recursos Naturais e para a necessidade de controlar a exploração desses recursos.
1984	conferência Internacional sobre Ambiente e Economia - OCDEO Conclui que a economia e o ambiente se reforçam mutuamente e lança as bases para o relatório “O Nosso Futuro Comum” da Comissão sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.
1987	Relatório Brundtland, Our Common Future Relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, analisa conjuntamente as questões sociais, económicas, culturais e ambientais a nível mundial e formula soluções globais. É enunciado pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento Sustentável – desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer as gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades”.
1992	Segunda Cimeira da Terra - Conferência ONU sobre Ambiente e Desenvolvimento Realizado no Rio de Janeiro, a partir da qual nasce a Agenda 21, e são aprovadas a Convenção sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio), bem como a Declaração de Princípios sobre Florestas. Em paralelo a esta conferência é também realizado o Fórum Global das ONG, do qual saíram publicações alternativas aos documentos oficiais.

1997	Protocolo de Quioto - 3ª Conferência da ONU sobre as Alterações Climáticas Os Estados signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, na Terceira Conferência das Partes (COP3) assinam o Protocolo de Quioto. Este protocolo estabelece limites para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e estabelece o “mercado de emissões” para os países desenvolvidos e o “mecanismo de desenvolvimento limpo” para os países em desenvolvimento.
2000	Cimeira do Milénio/ Declaração do Milénio A maior Assembleia Geral das Nações Unidas de Chefes de Estado e de Governo adopta a “Declaração do Milénio”, renovando compromissos coletivos relacionados com a paz, os direitos humanos, a democracia, a governação responsável, a sustentabilidade ambiental e a erradicação da pobreza. É reconhecida que a garantia da sustentabilidade ambiental requer a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, de forma a preservar a capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para as gerações futuras.
2002	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) Realizada em Joanesburgo, na África do Sul, onde sai a Declaração de Joanesburgo, o Plano de Implementação e Parcerias.
2004	Conferência sobre Diversidade Biológica / Declaração Kuala Lumpur Foram estabelecidas normas e princípios que devem reger o uso e a proteção da diversidade biológica em cada país signatário.
2005	Entrada em vigor o Protocolo de Quioto Ratificado por 141 países. Os EUA anunciam um plano de redução de emissão de gases poluentes através do desenvolvimento de novas tecnologias. Esse plano foi assinado pela Austrália, Japão, China, Índia e Coreia do Sul.
2007	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas Realizado em Paris, França. O encontro reuniu 500 especialistas e o relatório divulgado pelo IPCC confirmou que os impactos do aquecimento global no planeta são irreversíveis.
2010	Protocolo de Nagoya Protocolo de Nagoya é considerado o maior pacto ambiental desde Quioto. Nele foi definido um plano estratégico de ações até 2020 assinado por mais de 190 países participantes.
2012	A Conferência Mundial Rio+20 vinete anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) –, com a perspectiva de ser um fórum de discussão que promova o comprometimento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta.

3. CONCEITOS ECOLÓGICOS E DO AMBIENTE

3.1. Conceitos-Chaves na Área da Conservação Ambiental

O objectivo deste ponto é de apresentar a definição básica de um conjunto de conceitos-chaves e relacionados que são utilizados na linguagem da conservação ambiental, e por conseguinte ao longo deste manual, permitindo assim ao seu utilizador ter uma base de conhecimento que permita interpretar com facilidade as diferentes questões abordadas no manual.

O QUE É A BIOSFERA ?

É o conjunto dos seres vivos da Terra e dos seus habitats. A biosfera é formada pelos diferentes ecossistemas.

Reservas da Biosfera

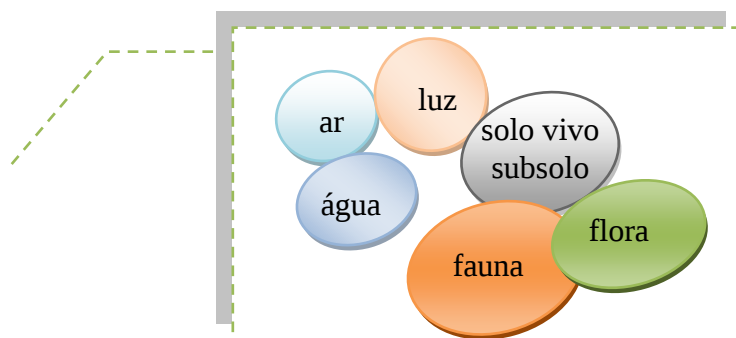
São porções de ecossistemas terrestres ou costeiros onde se procuram meios de reconciliar a conservação da biodiversidade com o seu uso sustentável. São propostas pelos países membros da UNESCO e, quando preenchem os critérios, são reconhecidos internacionalmente

O QUE É O MEIO AMBIENTE?

O Meio Ambiente constitui todas as coisas vivas e não-vivas que ocorrem na Terra, ou em alguma região dela, que afetam os ecossistemas e a vida dos seres humanos. É o conjunto de condições, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química e biológica, que abriga e rege a vida em todas as suas formas.

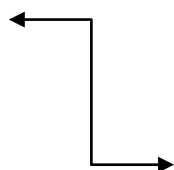
É o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações com os factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem.

Componentes do Ambiente



O QUE É A DIVERSIDADE BIOLÓGICA?

Ou a **Biodiversidade**. É a variabilidade que existe entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e dos ecossistemas.



Fauna é o termo coletivo para a vida animal de uma determinada região ou período de tempo.

Flora é o termo correspondente para plantas.

A flora, fauna e outras formas de vida como os fungos são coletivamente chamados de **Biota**.

Habitat local ou tipo de sítio onde um organismo ou população ocorrem naturalmente

O QUE SÃO RECURSOS BIOLÓGICOS?

Os Recursos Biológicos incluem recursos genéticos, organismos ou parte deles, populações ou qualquer tipo de componente dos ecossistemas de valor ou utilidade actual ou potencial para a humanidade.

O QUE É UM ECOSISTEMA?

É um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microrganismos e o seu ambiente não vivo, interagindo como uma unidade funcional.

Os Serviços dos Ecossistemas

- **De uso direto:** alimentos, água potável, madeira e plantas medicinais, etc.
- **De uso indirecto:** regulação climática, proteção de bacias, proteção da costa, purificação da água, sequestro do carbono e polinização, etc.
- **De suporte:** formação de solos, ciclos de nutrientes e produção primária
- **Culturais:** valores religiosos, turismo, herança cultural

O QUE É O CLIMA?

É a descrição estatística de quantidades relevantes de mudanças do tempo meteorológico num período de tempo, que vai de meses a milhões de anos.



NOTA

O período de tempo clássico para análise do clima é de 30 anos. Este período foi determinado pela Organização Mundial de meteorologia (OMM).

O clima num sentido mais amplo é o estado, incluindo as descrições estatísticas do sistema global.

SISTEMA CLIMÁTICO

É a totalidade da atmosfera, hidrosfera, biosfera e geosfera e suas interações

CONCEITOS RELACIONADOS

Mudanças Climáticas

É uma mudança de clima que altera a composição da atmosfera mundial e que se soma àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. Pode ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana.

Efeitos Negativos da Mudança do Clima

O impacto da mudança do clima é considerado negativo quando existe uma alteração no conjunto de seres vivos de um ecossistema, com efeitos nefastos significativos sobre a sua composição, resiliência ou produtividade, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.

Gases de Efeito Estufa

São os gases naturais e os gases poluentes produzidos pelo Homem que compõem a atmosfera, que absorvem e reemitem radiação infravermelha.

Emissões

É a liberação de gases de efeito estufa na atmosfera numa área específica e num período determinado.

OUTROS CONCEITOS

Seca

É um fenómeno que ocorre naturalmente quando a precipitação (chuva) registrada é muito abaixo dos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afecta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra.

Desertificação

É a degradação da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas.

Combate à desertificação

São as actividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas com vistas ao seu desenvolvimento sustentável, e que têm por objectivo: prevenção e/ou redução da degradação das terras, reabilitação de terras parcialmente degradadas, e recuperação de .

Erosão

A erosão é a deterioração do solo provocada por movimentos físicos de partículas de uma determinada área. O vento, a água, o gelo glacial, os animais e a utilização de máquinas pelo homem podem ser agentes de erosão. Os dois agentes mais importantes são o vento e a água, mas na maior parte das situações estes seguem-se aos efeitos provocados pelo homem, insectos, doenças e fogos que irão remover a vegetação superficial pois é esta que impede que o solo seja erodido.

Degradação da terra

É a redução ou perda, nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, da produtividade biológica ou económica e da complexidade das terras agrícolas de sequeiro, das terras agrícolas irrigadas, das pastagens naturais, das pastagens semeadas, das florestas e das matas nativas devido aos sistemas de utilização da terra ou a um processo ou combinação de processos, incluindo os que resultam da actividade do homem e das suas formas de ocupação do território, tais como: erosão do solo causada pelo vento e/ou pela água; deterioração das propriedades físicas, químicas e biológicas ou económicas do solo, e destruição da vegetação por períodos prolongados.

Zonas húmidas

São áreas de pântano, charco, lagoas ou água, naturais ou artificiais, permanentes ou temporárias, que normalmente colhem uma grande biodiversidade, tanto em termos de plantas como de animais aquáticos, ou os que se alimentam daqueles.

O QUE É O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ?

É a forma de desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades das gerações actuais sem comprometer as gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.



Utilização Sustentável:

É a utilização dos recursos da biodiversidade sem colocar em risco a diminuição, a longo prazo, da diversidade, conservando o seu potencial para satisfazer as necessidades e as aspirações da gerações actuais e futuras

Conservação ambiental

São ações com vista a correcção ou manutenção do estado de integridade e do bem-estar do meio ambiente

Preservação ambiental

São ações com vista a desenvolver actividades preventivas visando a não degradação do meio ambiente (ou da natureza)

4. QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO INTERNACIONAL E NACIONAL NA ÁREA DO AMBIENTE

4.1. O que são Convenções Internacionais e Para que Servem ?

As Convenções são tratados ou acordos mundiais, assinados e ratificados pelos Estados Partes ou pelas organizações de integração económica regional, em resultado das necessidades das nações ultrapassarem, em conjunto, as questões com impactos à nível global e que de forma individual não seriam possíveis resolver.

Como se pode constatar no quadro da evolução histórica dos debates na área ambiental, grande parte dos impactos da destruição ambiental ultrapassam as fronteiras das nações, afectando de uma forma global um conjunto de países, regiões ou o planeta no seu todo.

Por ser um problema oriundo das actividades desenvolvidas ao nível das diferentes nações e com impactos sobre o ambiente, torna-se, por isso, necessário que as soluções sejam elas também tratadas ao nível global, principalmente no que respeita àqueles problemas que colocam em risco a sobrevivência da humanidade.

Assim, ao longo das três décadas os Estados que compõem as ONU e outras organizações multilaterais, nomeadamente dos países desenvolvidos, têm vindo a debater sobre as soluções necessárias, comprometendo-se em unir os esforços com o objectivo de preservar e conservar o ambiente.

4.2. Como Analisar uma Convenção?

O presente manual apresenta as convenções que, pelo seu carácter abrangente, permitem compreender os princípios gerais da conservação ambiental.

Através da sua análise e interpretação, o leitor terá a possibilidade de se familiarizar com a forma com que normalmente se estruturam este tipo de documentos, assim como saber encontrar os pontos-chaves de informação fundamental em qualquer área de intervenção ambiental que vise uma determinada convenção.

A análise das convenções neste manual pretende conferir ao leitor uma compreensão básica e generalista através procura de respostas estruturadas pelas seguintes questões:

- **Qual é o contexto e a justificação do acordo?**

Apresentada através da seguinte forma, “*introdução ou preâmbulo*”, e apresenta as razões e o reconhecimento da problemáticas que leva as Partes (países, organizações, etc.) a assinar e ratificar o tratado.

▪ **Quais são os Objetivos da Convenção?**

São apresentados na *Parte I ou Introdução*, em formas de “*Artigos*”, e são de grande importância para a compreensão básica das questões abordadas nas convenções através das “*Definições ou Termos utilizados*”; “*Objetivos e Princípios*”.

▪ **Quais as Disposições gerais e as disposições específicas desta convenção?**

Apresentadas na *Parte II* e como o mesmo nome indica, apresentam as *condições, regras e as obrigações gerais dos Países Partes Afetados ou Desenvolvidos*, que regulamentam o acordo tendo em conta as especificidades do âmbito de actuação. E também as relações ou sinergias com outras convenções

▪ **Qual é a abordagem a implementar ou as medidas a adoptar?**

É apresentada na *Parte III* através dos *Programas de Acção* nacional, sub-regional e regional, *Cooperação científica e técnica e medidas de apoio* como elemento central da sua estratégia de combate à problemática ambiental

▪ **Quais os Órgãos de Convenção?**

Relatada na *Parte IV ou Instituições*, apresenta os Órgãos de gestão da convenção e os respectivos mandatos, como a *Conferencia das Partes, Secretariado Permanente, o Comité de ciência e tecnologia*.

▪ **Quais as medidas a tomar para resolver questões relativas à implementação da Convenção?**

Como o nome indica, a *Parte V ou Questões Processuais*, fornece orientações sobre os elementos a prover pelos Países Partes, fornece pistas para resolução de controvérsias e enumera os estatutos jurídicos.

▪ **Quais modalidades seguir para implementar a Convenção?**

A *Parte VI ou Disposições finais*, fornece indicações sobre as *modalidades de Assinatura, Ratificação, Adesão e procedimento para entrada em vigor*.

4.3. As Três Importantes Convenções Ambientais Internacionais

Em seguida se apresentam as três convenções mais importantes na área ambiental, por serem aquelas basilares nas quais se fundamentam as outras convenções mais específicas.

O QUE É A CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA ?

O Contexto e a Justificação da Convenção

A Convenção da Diversidade Biológica-CDB, têm como objectivo assegurar a conservação da biodiversidade e o seu uso sustentável.

A convenção a CDB estabelece também princípios de repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso económico destes recursos e da valorização dos conhecimentos tradicionais entre outros, com respeito pela soberania de cada nação sobre o património existente em seu território.

4.4. Exercício de Reflexão 1

Análise da Convenção CDB

Objectivo

A conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos recursos genéticos, inclusivamente através do acesso adequado a esses recursos e da transferência apropriada das tecnologias relevantes, tendo em conta todos os direitos sobre esses recursos e tecnologias, bem como através de um financiamento adequado.

Princípio

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorar os seus próprios recursos na aplicação da sua própria política ambiental e a responsabilidade de assegurar que as actividades sob a sua jurisdição ou controlo não prejudiquem o ambiente de outros Estados ou de áreas situadas fora dos limites da sua jurisdição.

O QUE É A CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS ?

O Contexto e a Justificação da Convenção

Nos anos 80, os resultados de estudos científicos que estabeleceram uma relação entre as emissões humanas de gases com efeito estufa e as mudanças climáticas mundiais, suscitaram a inquietação do público. Estes estudos deram origem a uma série de conferências internacionais que apelaram para a concepção urgente de um tratado mundial com o objectivo de parar essa ameaça.

Em 1990, a Assembleia Geral das NU respondeu ao apelo, criando o Comité Intergovernamental de Negociação com vista a elaborar uma Convenção quadro sobre as Mudanças Climáticas.

A Convenção foi aberta a assinatura em Junho de 1992 na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro e foi assinada durante o encontro por Chefes de Estado e outras autoridades de 154 países (e a Comunidade Europeia), entrando em vigor em 21 de Março de 1994.

4.5. Exercício de Reflexão 2

Análise da Convenção Sobre as Mudanças Climáticas

Objectivo

O objectivo último da convenção é de estabilizar as concentrações atmosféricas de gases com efeito de estufa à níveis aceitáveis. Tais níveis devem ser atingidos num prazo suficiente para permitir aos ecossistemas de se adaptarem naturalmente as mudanças climáticas e de assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e de tornar possível a continuidade do desenvolvimento económico de forma durável. Para atingir estes objectivos, todos os países têm uma responsabilidade geral de fazer face às mudanças do clima e de se adaptar aos seus efeitos e de ter em conta as acções que devem tomar para a implementação da convenção. A convenção dividi assim os países em dois grupos: Os enumerado no Anexo-1 (conhecidos como Partes Anexo-1) e outros que não são enumerados (assim chamados Partes não Anexo-1).

Princípio

Proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras com base na equidade

Levar em consideração as necessidades específicas e especiais das Partes Países em desenvolvimento, em especial aquelas particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança climática.

Adoptar medidas de precaução para prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar os seus efeitos negativos.

Partes tem o direito ao desenvolvimento sustentável e devem promove-lo

Cooperar para promover um sistema económico internacional favorável e aberto ao acréscimo e ao desenvolvimento económico sustentável de todas as Partes, possibilitando assim melhor enfrentar os problemas da mudança do clima.

O QUE É A CONVENÇÃO DA LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO ?

A Convenção da Luta Contra a Desertificação propõe regras com o objectivo de combater o fenómeno da desertificação numa escala internacional, reconhecendo que o problema da seca prolongada não tem soluções simples e de curto prazo.

Devido a uma maior consciencialização para problemática da desertificação e depois de uma grave seca de cinco anos que afectou a região de Sahel (África), foi realizada em 1977, em Nairobi, no Quénia, a Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação (UNCCD).

Daí saiu o Plano de Acção de Combate à Desertificação (PACD), no qual se expressava a necessidade de actuação, não só no sentido de diminuir o processo de desertificação, mas também criar um movimento de consciencialização por parte das populações residentes nas áreas afectadas, ensinando-as práticas para redução dos danos causados pelas actividades socioeconómicas.

Com o aumento de preocupação sobre o combate à Desertificação, voltou-se a realizar, em 1992, desta vez no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMA), dos quais saíram acordos importantes, de entre os quais o acordo para elaboração duma Convenção de Combate à Desertificação por parte de um Comité Intergovernamental.

Como resultado dessa conclusão, a Conferência apoiou uma abordagem nova e integrada do problema que culminou com a aprovação da **Convenção do Combate à Desertificação**, em 17 de Julho de 1994, em Paris. reconhecendo a problemática da Desertificação como um fenómeno internacional.

Importa salientar que todas as resoluções, decisões e programas obtidas na Convenção direccionavam-se inicialmente para os países Africanos, devido ao seu carácter único em termos económicos, sociais e ambientais.

4.6. Exercício de Reflexão 3

Análise da Convenção da Luta Contra a Desertificação

Objectivo

Esta Convenção tem por objectivo: Combater e mitigar os efeitos da seca nos países afectados por seca e/ou a desertificação, particularmente em África, através da adopção de medidas eficazes em todos os níveis, apoiados em acordos de cooperação internacional e de parceria, no quadro de uma abordagem integrada e que tenha em vista contribuir para se atingir o desenvolvimento sustentável nas zonas afectadas.”

Ainda sublinha que a alcance deste objectivo exigira a aplicação, nas zonas afectadas, de estratégias integradas de longo prazo baseadas simultaneamente no aumento da produtividade da terra e na reabilitação, conservação e manejo sustentado dos recursos em terra e hídricos, tendo em vista melhorar as condições de vida, particularmente ao nível das comunidades locais.

Princípio

As Partes devem garantir que as decisões para o cumprimento desta convenção sejam tomadas com a participação das populações e comunidades locais e que, nas instâncias superiores de decisão, seja criado um ambiente propício que facilite a realização de acções aos níveis nacional e local;

Deve ser melhorada a cooperação e a coordenação aos níveis sub-regional, regional e internacional e concentrar os recursos financeiros, humanos, organizacionais e técnicos onde eles forem mais necessários;

Integrar o espírito de parceria, a cooperação a todos os níveis da administração, das comunidades, das organizações não governamentais e dos utentes da terra, a fim de que seja melhor compreendida a natureza e o valor do recurso terra e dos limitados recursos hídricos das áreas afectadas, e promovido o uso sustentado desses mesmos recursos;

Considerar as necessidades e as circunstâncias dos países Partes em desenvolvimento afectados, em especial os países menos avançados

Síntese Sobre as Três Convenções

Convenção das Nações Unidas Sobre a Diversidade Biológica

Assinatura	12 De Junho de 1992, Rio de Janeiro
Guiné-Bissau	Ratificada em Outubro de 1995
Objectivos	Redução da perda da Diversidade Biológica a nível mundial

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas

Assinatura	8 de Março de 1995
Guiné-Bissau	Ratificada em Outubro de 1995
Objectivos	Estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera a um nível que corte qualquer perturbação antrópica perigosa do sistema climático

Convenções das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação

Assinatura	17 de Junho de 1994, Paris
Guiné-Bissau	Ratificada em Outubro de 1995
Objectivos	Lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca graças a medidas eficazes a todos os níveis

4.7. Outras Convenções e Tratados Ractificados Pela Guiné-Bissau

Em matéria de compromisso internacionais relativos ao ambiente, a Guiné-Bissau é Parte de várias convenções, tratados e acordos, para além das três convenções da geração de Rio, a saber:

- **Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens ameaçadas de extinção (CITES)**
- **Convenção Sobre as Zonas Húmidas de Importância Especialmente como Habitat de Aves Selvagens (RAMSAR),**
- **Convenção sobre a Protecção do Património Mundial Natural e Cultural (UNESCO),**
- **Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de resíduos Perigosos (Basileia),**
- **Convenção sobre a Conservação de espécies Migradoras da Fauna Selvagem,**
- **Convenção SECAM,**
- **Convenção de Estocolmo,**
- **Convenção de Roterdão,**
- **Convenção de Abidjan,**
- **Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e os Recursos Naturais**
- **Convenção para Cooperação na Protecção e Desenvolvimento do Ambiente Marinho e Costeiro na África Ocidental e Central,**
- **Convenção de Aarhus sobre a participação no processo de tomada de decisão e o acesso à justiça no âmbito do ambiente**

4.8. O Quadro Político e Institucional da Conservação Ambiental na Guiné – Bissau

4.8.1. A evolução política nacional ao nível do ambiente

1992	Criado o Conselho Nacional do Ambiente O sector do Ambiente, começou a possuir uma estrutura com institucionalização do Conselho Nacional do Ambiente, sob dependência do Presidente da República, um Comité Coordenador formado por Ministros das áreas afins, um Secretário Executivo e um Comité Técnico. Este órgão foi criado pelo Decreto nº 24/92 publicado no Boletim Oficial nº 12 de 23 de Março. No ano seguinte foi aprovada a nova Lei Orgânica do Conselho Nacional do Ambiente.
1994	Criada a Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato O Governo cria pela primeira vez um departamento governamental responsável pelo desenvolvimento de políticas ambientais na Guiné-Bissau, a Secretaria de Estado do Turismo, Ambiente e Artesanato, que englobava uma Direcção Geral do Turismo, Ambiente e posteriormente viria a ser criado um Ministério encarregado por esta área.
1996	Criada a Direcção Geral do Ambiente De forma a evitar a sobreposição ou duplicação das acções, foi extinto o Conselho Nacional do Ambiente, tendo sido instituído a Direcção Geral do Ambiente. No mesmo Decreto também é criada a Conferência Nacional do Ambiente, enquanto fórum de reflexão nacional, perspectivando uma ampla participação da sociedade civil. Até à data presente, a Conferência Nacional do Ambiente não dispõe de nenhum Regulamento que estabeleça a sua forma de funcionamento e este órgão seria, certamente, um indispensável espaço de diálogo e de concertação entre os principais intervenientes do sector ambiental: o Estado, as ONG's o sector privado, as comunidades locais, entre outros.
1997	O Ministério do Desenvolvimento Rural, dos Recursos Naturais e do Ambiente passa a tutelar Secretaria de Estado dos Recursos Naturais e do Ambiente, que por sua vez inclui na sua estrutura orgânica a Direcção Geral do Ambiente .
1999	Secretaria de Estado da Energia, dos Recursos Naturais e do Ambiente O Governo de Unidade Nacional caloca o sector do Ambiente sob a tutela da Secretaria de Estado da Energia, dos Recursos Naturais e do Ambiente embora esta fosse tutelada por um Ministério. Resultante de medidas de contenção financeira surge uma Direcção Geral dos Recursos Naturais e do Ambiente e consequentemente a Direcção de Serviços do Ambiente.
2004	Criado o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas O IBAP foi colocado sob-tutela do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural. A nível da Direcção Geral do Ambiente, também foi criado um Departamento da Seca e Desertificação, cujas actividades não continuaram por causa do conflito armado no país.

4.8.2. Instituições, Organizações e Projectos na área Ambiental

Como se pode observar no quadro acima, a partir de 1994 a área do ambiente na Guiné-Bissau passou a ser objecto de atenção, tendo-se o mesmo destacado como um sector importante nos Programas dos sucessivos Governos.

É neste quadro que forma criadas muitas entidades Estatais ligadas ao Ambiente, tais como:

- **O Gabinete da Planificação Costeira, GPC e o Sistema de Informação Geográfica SIG**
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa INEP e a Célula de Estudos Ambientais e Tecnologia Apropriada CEATA**
- **Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas IBAP**
- **Célula de Avaliação de Impactos Ambientais CAIA**
- **O Instituto Nacional de Investigação Tecnológica Aplicada INITA**
- **O Centro de Investigação Pesqueira Aplicada CIPA**
- **O Instituto Nacional de Pesquisa Agrária INPA**

Da mesma forma, a década de noventa é caracterizada na Guiné-Bissau por uma tomada de consciência por parte da sociedade civil sobre a problemática ambiental, originando o surgimento de muitas associações juvenis e Organizações Não Governamentais nacionais que se dedicam às tarefas de conservação, entre várias organizações surgidas, apresentam-se algumas como exemplo:

- **Acção para o Desenvolvimento, AD**
- **A Tiniguena**
- **Nantynian**
- **RADI**
- **Etc.**

5. A BIODIVERSIDADE DA GUINÉ-BISSAU

5.1. Os Principais Ecossistemas Existentes na Guiné-Bissau

Apesar de ser um país pequeno a Guiné-Bissau apresenta uma Biodiversidade particularmente rica por estar situada entre os ecossistemas áridos da África Subsariana e a eco-região de floresta húmida da Guiné.

Esta combinação cria paisagens terrestres impressionantes que agrupa uma diversidade de florestas que vão desde florestas densas e abertas, florestas em galeria e savanas arborizadas.

Estes ecossistemas são ricos em plantas e vida animal importantes mundialmente por serem o refúgio para muitas espécies migratórias que se movimentam pelas savanas da África Ocidental.

De uma forma sintética podemos classificar os ecossistemas na Guiné Bissau em três principais categorias:

- **Ecossistemas Florestais**
- **Ecossistemas Litoral e Marinhos**
- **Ecossistemas Urbanos**

5.2. Exercício de Reflexão 4

DESCOBRIR OS ECOSSISTEMAS DA GUINÉ BISSAU	
TIPOS DE ECOSSISTEMAS	CARACTERÍSTICAS
▪ Florestais	▪
▪ Litoral e Marinhos	▪
▪ Urbanos	▪

5.3. A importância da Biodiversidade da Guiné-Bissau ao Nível Nacional e Internacional

A Guiné Bissau tem poucas indústrias ou aquelas que existem dispõem de pouca capacidade ao nível da prestação dos serviços essenciais para a satisfação das necessidades da população. Por isso, é da biodiversidade que provêm grande parte dos serviços muito importantes para suprir estas necessidades.

É dos rios, dos mangais (tarrafes) e do próprio mar, que as populações da zona insular e costeira retiram a sua alimentação e outros produtos que precisam para garantir a sua saúde, as suas necessidades energéticas e para o seu bem-estar em geral.

No interior do país, as zonas florestais, para além dos serviços directos que prestam às comunidades, também contribuem na protecção em face das ameaças de seca e outras ameaças climáticas.

Estas florestas desempenham ainda um importante papel ecológico ao permitirem as migrações entre diversas espécies ao nível nacional e ao nível transfronteiriço.

5.4. Exercício de Reflexão 5

PERGUNTAS

1. Quais são os Recursos que as populações podem retirar dos ecossistemas?
 -
 -
 -
2. Se esses recursos faltarem qual é o impacto na segurança alimentar do povo guineense?
 -
 -
 -
3. Se esses recursos faltarem qual é o impacto no ponto de vista do património cultural?
 -
 -
 -
4. Qual será o impacto da redução dos recursos haliêuticos?
 -
 -
 -
5. Se esses recursos faltarem como poderia o país, mesmo nos meios urbanos, funcionar?

-
-
-

6. Sem as florestas, que seria dos chimpanzés e outras espécies de importância mundial?

-
-
-

7. Com o desaparecimento das zonas de reprodução e invernada, que seria feito dos grandes viajantes do céu e do mar, que fazem sonhar a humanidade?

-
-
-

5.5. Identificação do Valor Socio-económico e Cultural dos Ecossistemas

Ao observarmos em nosso redor com atenção podemos fazer o exercício de contabilizar o valor dos diferentes recursos biológicos provenientes dos ecossistemas e os diversos serviços que prestam a cada um de nós.

A maior parte das actividades desenvolvidas no país são nomeadamente nas áreas da agricultura, das pescas, turismo e artesanato, da extracção de diferentes produtos naturais provenientes das florestas, dos rios e mares, para fins alimentares, medicinais, culturais, tradicionais, religiosos, etc.

Neste contexto, os Ecossistemas prestam serviços, não só como fonte de fornecimento de produtos naturais com valor de uso direto para as comunidades rurais, tais como alimentos, água potável, madeira e plantas medicinais, entre outros, mas também um conjunto de outros serviços, tais como:

- **Regulação climática**
- **Proteção de bacias**
- **Proteção da costa**
- **Purificação da água**
- **Sequestro do carbono e polinização**
- **Serviços de suporte (formação e solos, ciclos de nutrientes e produção primária)**
- **Serviços culturais (valores religiosos, turismo, herança cultural)**

O quadro abaixo apresenta uma síntese destes conceitos:

A determinação do Valor Económico Total

VALOR ECONÓMICO TOTAL				
Valor de Uso			Valor de Não-Uso	
Valore de Uso Directo	Valore de Uso Indirecto	Valore de Opção	Valore Hereditário	Valore de Existência
▪ Madeira e materiais de construção, lenha, etc. ▪ Peixes, moluscos e outros produtos do mar ▪ Frutas silvestres, carne de animais selvagem ▪ Mel e cerra ▪ Produção do sal ▪ Terras agrícolas ▪ Plantas medicinais ▪ Turismo ▪ Pesquisa e formação ▪ Actividades socioculturais	▪ Produção, transporte reserva de nutrientes ▪ Conservação da biodiversidad e ▪ Controlo da erosão e protecção da costa ▪ Regulação de regime hídrico e da qualidade da água ▪ Produção de biomassa e apoio a manutenção dos ecossistemas ▪ Sequestração do CO2 ▪ Criação de microclima.	▪ Utilização futura eventual ▪ Extractiva ▪ Medicinal ▪ Industrial ▪ Bioprospecção	▪ Fenómenos e processos ecológicos irreversíveis ▪ Biodiversidade ▪ Sítios sagrados ▪ Património genético	▪ Biodiversidade ▪ Plantas e animais raros

5.6. Exercício de Reflexão 6

Com base no quadro acima desafiámos a avaliar cada uma das componentes que se seguem:

Exemplo de Exercício sobre os Recursos das Floresta e Savanas

QUEM USA?	COMO E PARA QUE FIM?	ESTIMATIVAS (CFA)
	Agricultura de subsistência itinerante	
	Agricultura de renda	
	Pastorícia	
	Madeira e material de construção	
	Exploração de cibe	
	Material energético (lenha e carvão)	
	Plantas florestais Não-Lenhosos (folhas, frutas, raízes, tubérculos, fibras, etc.)	
	Caça	
	Artesanato	
	Mel e cerra	
	Plantas medicinais	
	Actividades socioculturais e religiosas	

Utilizar o mesmo quadro para os seguintes recursos:

Recursos Provenientes do Mangal:

- Pesca
- Extracção do sal
- Moluscos
- Agricultura de bolanha
- Madeira e material de construção
- Material energético (lenha e carvão)
- Plantas florestais Não-Lenhosos (folhas, frutas, raízes, tubérculos, fibras, etc.)
- Caça
- Mel e cerra
- Plantas medicinais
- Actividades socioculturais e religiosas

Recursos Provenientes do Meio Marinho e estuarino:

- Pesca
- Transporte

Recursos Provenientes do Meio Marinho e estuarino:

- Pesca
- Turismo
- Infra-estruturas
- Actividades socioculturais e religiosas

Recursos Provenientes do Meio Marinho e estuarino:

- Pesca
- Colecta de moluscos

Depressões “Bas Fonds”

- Agricultura
- Pastorícia
- Artesanato

6. AS ÁREAS PROTEGIDAS COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

6.1. As Diferentes Áreas Protegidas na Categoria da UICN

As Áreas Protegidas são zonas frágeis e que acolhem um número importante de Biodiversidade. Elas são normalmente classificadas por decreto com o objetivo de salvaguardar determinados ecossistemas raros, únicos ou ameaçados, assim como as populações animais e vegetais que nelas vivem, a sua diversidade ecológica, bem como o de garantir a durabilidade de recursos naturais importantes para a segurança alimentar ou a económica das populações locais e ao nível nacional.

A União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN, elaborou modalidades para categorização dos diferentes tipos de Áreas Protegidas.

- **Parques Nacionais**
O objectivo principal é a protecção da integridade ecológica, excluindo a exploração e a ocupação inadequada aos objectivos da área.
- **Parques Naturais**
O objectivo é de salvaguardar áreas em que a interacção entre as populações e o seu ambiente têm um carácter excepcional, isto é, com valores éticos, ecológicos e culturais de reconhecido interesse.
- **Reservas Naturais**
O objectivo é de protecção e gestão de áreas onde os ecossistemas sofreram pouca ou nenhuma modificação e apresentam baixos níveis de densidade populacional.
- **Perímetros de meio ambiente sensível**
O objetivo de protecção e a manutenção da biodiversidade a longo prazo e ao mesmo tempo promovendo a utilização durável dos recursos.
- **Santuários Ecológicos**
O objectivo é a protecção e a manutenção de habitats essenciais à flora ou a fauna, nomeadamente migratória.
- **Florestas Sagradas**
Quando se refere a áreas naturais destinados exclusivamente a manifestações sócio-culturais e religiosos e onde a gestão dos espaços e dos recursos é tradicionalmente garantida.

6.2. A Criação das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau O Seu Papel na Manutenção dos Ecossistemas

A preocupação com a natureza e a sua conservação sempre esteve presente na Guiné-Bissau. Os nossos antepassados protegiam a natureza através da consagração tradicional dos sítios que entendiam serem importantes. Alguns sítios sagrados ainda existem hoje (floresta, rio, fonte, mangais), e continuam a guardar as suas características naturais e especiais, graças a esta forma tradicional de conservação.

Mas, nas últimas duas décadas, os governos decidiram proteger formalmente as áreas aonde existem habitats, plantas e animais mais raros e frágeis.

Neste contexto, foi criado um Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP), que cobre uma superfície total de cerca de 470.000 ha, ou seja, cerca de 15% do território nacional, encontrando-se sob a responsabilidade administrativa do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP).

Esta rede de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau está distribuída de maneira equilibrada e tem em conta a representação dos diferentes ecossistemas naturais e da diversidade biológica existentes na Guiné-Bissau (meio marinho e terrestre, zonas húmidas, mangais, etc.).

O SNAP conta actualmente com seis Parques Marinhos e Costeiros, estando em curso o processo de expansão para 23% do território, através da criação de cinco novas unidades de conservação, no complexo Dulombi, Boé e Tchetché (DBT).

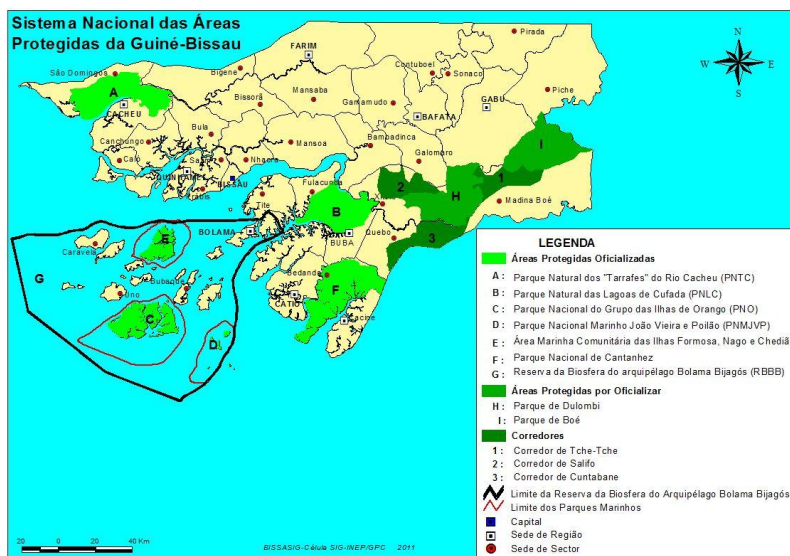
Estas áreas estabelecem zonas de protecção ou de gestão particular que permitiram a conservação da biodiversidade e ao mesmo tempo favorecem a reprodução das espécies exploradas comercialmente no exterior das áreas protegidas.

Como por exemplo, as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e as zonas de pesca regulamentada desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos stocks de peixes, camarões e moluscos, garantindo assim sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos. Outras áreas conservam valores de biodiversidade de importância rara, como por exemplo os chimpanzés e as florestas guineenses sub-húmidas.

As Áreas Protegidas au nível da Guiné-Bissau

- **Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok**
- **Parque Nacional de Cantanhez**
- **Parque Nacional de João Vieira e Poilão**
- **Parque Nacional das Ilhas de Orango**
- **Parque Natural das Lagoas de Cufada**
- **Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu**
- **A Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama Bijagós**
- **O Futuro Complexo DBT**

Mapa do Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau



Fonte: IBAP

6.3. As Prioridades na Gestão das AP

Em face das ameaças cada vez maiores que pairam sobre a biodiversidade da Guiné-Bissau foram identificados, em traços gerais, as prioridades na gestão prática dos recursos que se encontram no interior das AP como forma de garantir que se conservem em verdadeiros reservatórios da biodiversidade.

- a) **Manutenção do estado natural das zonas centrais das Áreas Protegidas**
- b) **Zonas de pesca condicionada enquanto áreas de preservação e reprodução dos stocks e da biodiversidade**
- c) **Área Protegida no combate à caça não sustentável**
- d) **Controlo da expansão da agricultura itinerante (m'pampam)**
- e) **Preservação do ecossistema de tarrafe (mangal)**
- f) **A biodiversidade e as AP como suporte de um desenvolvimento sustentável**
- g) **O acesso prioritário a exploração sustentável dos recursos naturais para as comunidades residentes**
- h) **Protecção contra as invasões externas com objectivos de exploração dos recursos**
- i) **Garantir o recurso às práticas de protecção ambiental em actividade de exploração petrolífera em águas nacionais**

6.4. As Espécies Emblemáticas

- **Manatim**
- **Hipopótamo**
- **Tartarugas Marinhas**

- Chimpanzés
- Elefantes
- Papagaio cinzento e aves
- Crocodilos
- Búfalos
- Moluscos
- Recursos pesqueiros
- Tarrafe
- Florestas sub-húmidas

6.5. Exercício de Reflexão 7

Análise dos Benefícios e dos Constrangimentos Da criação das Áreas Protegidas

Dimensão	Benefícios	Constrangimentos
Nível Local	1. 2. 3. 4. 5.	1. 2. 3. 4. 5.
Nível Nacional	1. 2. 3. 4. 5.	1. 2. 3. 4. 5.
Nível Regional	1. 2. 3. 4. 5.	1. 2. 3. 4. 5.
Nível Internacional	1. 2. 3. 4. 5.	1. 2. 3. 4. 5.

7. AS AMEAÇAS AMBIENTAIS

7.1. As ameaças Ambientais Resultantes das Diferentes Actividades Humanas

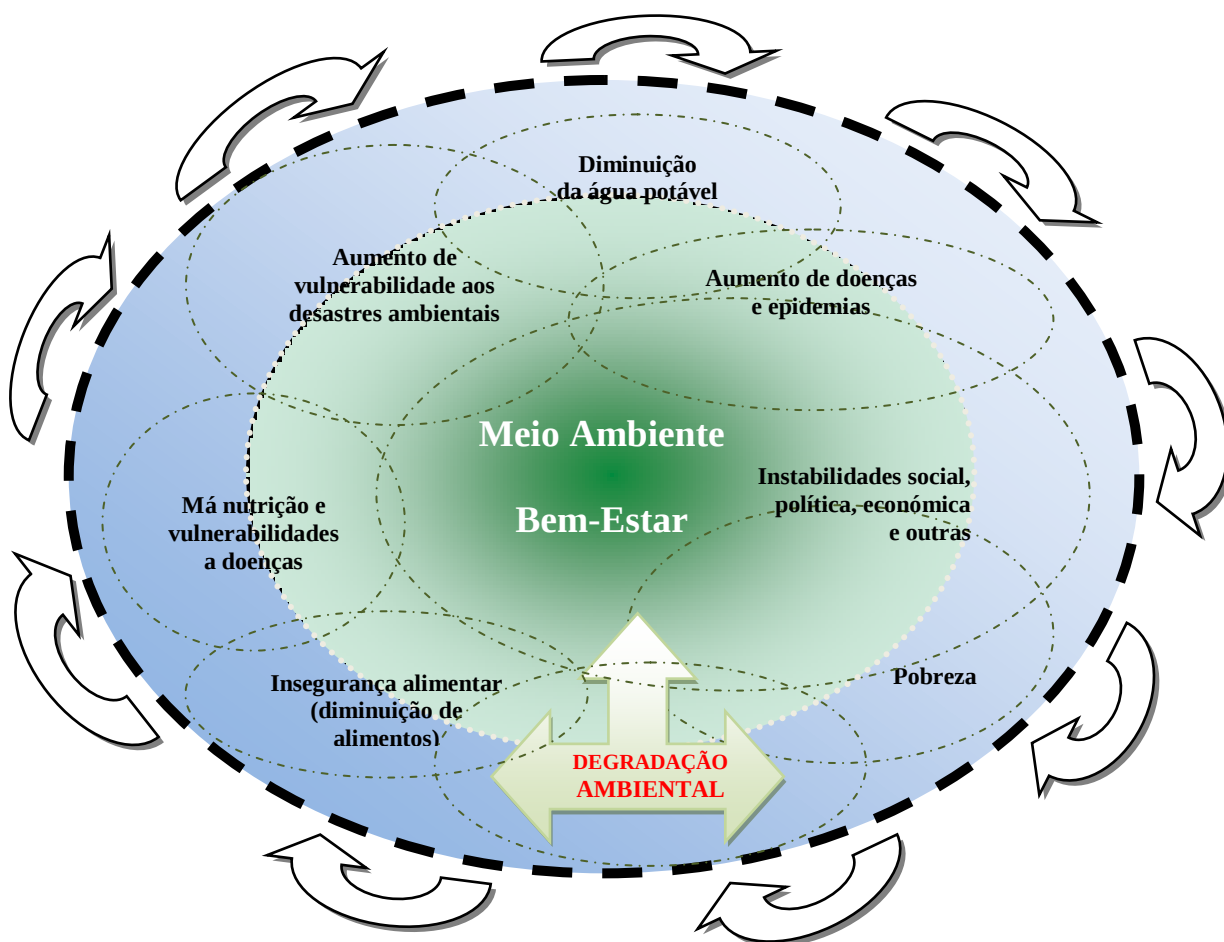
Os recursos biológicos constituem o suporte principal de sobrevivência humana. No entanto, o equilíbrio tradicional existente entre Homem e recursos está a ser cada vez mais alterado e a tendência para a degradação do mesmo é alarmante.

Os estudos demonstram que a base dos recursos naturais não somente é limitada, como tende a ser progressivamente devastada, enquanto as necessidades dos seres humanos vão aumentando.

No entanto, este desequilíbrio afeta o desenvolvimento dos países, com consequências significativas nos diferentes aspectos que por sua vez estão interligados:

7.2. Exercício de Reflexão 8

Análise do nível de interdependência entre o Homem e o ambiente e os riscos do desequilíbrio



O quadro acima demonstra que o ciclo entre a pobreza e a degradação ambiental que é complexo e alarmante. Muitas ameaças que colocam em risco os ecossistemas naturais estão directamente ligadas a pobreza, que por sua vez aumenta com a degradação ambiental.

Outros factores que não estão ilustrados são crescimento demográfico e o próprio desenvolvimento das sociedades também são apontados como grandes responsáveis pela pressão actualmente existente sobre os recursos naturais.

À escala mundial, os níveis de ameaça ao ambiente dividem-se em duas, tendo em conta as suas origens ou causas.

Temos as ameaças causadas naturalmente e as ameaças causadas pelas acções do homem, (antrópica).

As causas de origem natural são por exemplo as mudanças de temperatura ou precipitações (chuvas), no entanto, elas também podem resultar directamente das ações do homem.

7.3. Exercício de Reflexão 9

Exercício de Análise sobre as Diferentes Ameaças Ambientais

Ameaças Porquê?	/	Que Impactos?
-----------------	---	---------------

- Desenvolvimento urbano desordenado
- Assoreamento de rios e lagoas
- Erosão do solo e desertificação
- O lixo urbano e industrial
- Poluição do ar, do solo e da água
- Destruição, diminuição e fragmentação dos habitats naturais
- Caça e pesca descontrolada
- Buraco na camada de ozônio, ampliação do efeito estufa e formação de chuva ácida
- Uso de fertilizantes e outros produtos tóxicos na agricultura, com impactos também na saúde humana
- Perda da biodiversidade e da diversidade genética ocasionando um prejuízo irreparável para a medicina e outras áreas das ciências

7.4. A Exploração Insustentável dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau

Ao longo das últimas décadas assiste-se a propagação de práticas nefastas sobre os recursos naturais, o que tem favorecido o aumento da pobreza, a degradação do meio e a perda da biodiversidade na Guiné-Bissau.

A diminuição das chuvas e da fertilidade dos solos do planalto, resultantes dos efeitos das mudanças climáticas tem provocado migrações das populações no interior do país para a zona do litoral.

Por outro lado, as populações dos países da sub-região têm vindo a refugiar-se na Guiné-Bissau, por causa dos efeitos nos seus países das mudanças climáticas ou dos problemas económicos, do qual muitos jovens fogem procurando melhores condições de vida e de trabalho.

Os fenómenos migratórios (interno e externo) estão portanto na origem do aumento rápido e contínuo da densidade populacional na Guiné-Bissau.

As consequências imediatas disso é a procura de mais espaços para habitação e o exercício de atividades económicas.

O aumento da pressão sobre o espaço e sobre os recursos tem gerado conflitos permanentes com valores ambientais em geral, e com a fauna selvagem em particular.

O quadro abaixo ilustra os principais problemas ambientais na Guiné-Bissau, em função dos ecossistemas:

ECOSSISTEMAS	AMEAÇAS
Ecossistemas Florestais	▪ Agricultura itinerante ou mpampam ▪ Sobre-pastoreio com transumância ▪ Desflorestação para produção do carvão e lenha ▪ Construção de habitações nos corredores da fauna
Ecossistemas Urbanos	▪ Má gestão dos resíduos e lixo ▪ Urbanização descontrolada com ocupação das zonas húmidas
Ecossistemas do Litoral Marinho	▪ Pesca artesanal comercial descontrolada ▪ Pesca industrial ▪ Corte de tarrafe para fumagem do pescado ▪ Turismo descontrolado ▪ Imigrações sazonais e permanentes ▪ Exploração mineira ▪ Mudanças climáticas

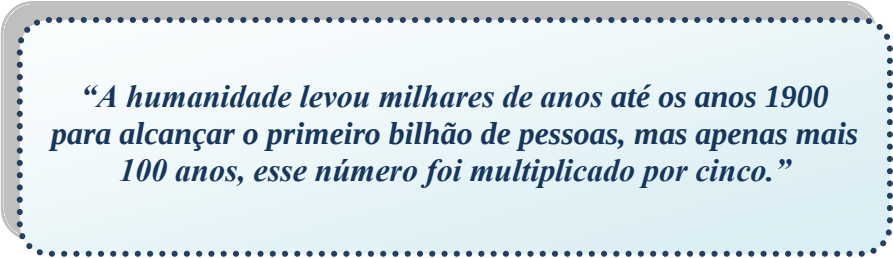
8. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo deste manual o leitor foi confrontado com um conjunto de conhecimentos e conceitos, com o objectivo de compreender a relação entre o homem e o meio ambiente.

Nesta relação, através da análise histórica ficou claro que um dos principais agentes de alteração dos ciclos naturais é o Homem.

Através das suas actividades, como a agricultura, domesticação de animais e sua utilização nos processos produtivos, e, com a evolução científica e tecnológica a partir do Século XIX, foram introduzidas perturbações cada vez mais significativas no equilíbrio natural do planeta, alterando ecossistemas vitais à própria existência humana.

Este facto se pode constatar por exemplo na seguinte ilustração:



“A humanidade levou milhares de anos até os anos 1900 para alcançar o primeiro bilhão de pessoas, mas apenas mais 100 anos, esse número foi multiplicado por cinco.”

O crescimento demográfico e o desenvolvimento colocam o homem perante o desafio de gestão dos recursos que são limitados.

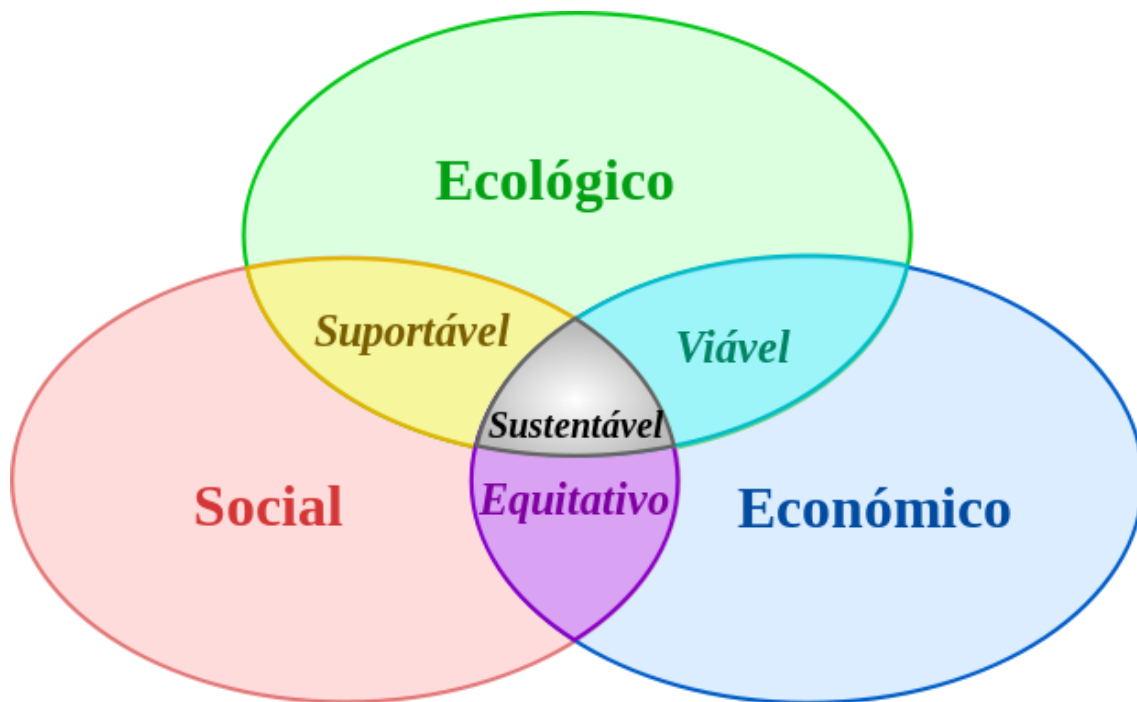
Encontrar alternativas de gestão adequada dos recursos naturais e ao mesmo tempo satisfazer as inúmeras necessidades de desenvolvimento da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades é o desafio com que as sociedades actualmente se confrontam.

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito que traduz um modelo de desenvolvimento global e que incorpora por sua vez os aspectos de desenvolvimento ambiental.

A sua abordagem foi introduzida pela primeira vez, em 1987, com Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Assim, esta abordagem implica do ponto de vista conceptual, a análise de três componentes: a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade económica e sustentabilidade social, como se pode ver na ilustração em baixo.

Esquema representativo das várias componentes
do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: WIKIPEDIA

8.1. A Abordagem do Desenvolvimento Sustentável na Guiné-Bissau

Guiné-Bissau dispõe de imensas potencialidades de desenvolvimento por via da utilização racional dos seus recursos naturais. Alguns destes potenciais são a agricultura, a pesca e extracção de outros recursos haliêuticos, a exploração de minas, o Turismo sustentável, etc. No entanto estas riquezas ainda não estão a ser convertidas no seu potencial máximo em termos de progresso económico e social.

No princípio da década de 2000, foi elaborado a estratégia para o desenvolvimento económico visando alcançar dos Objectivos do Milénio (OMD). A Estratégia de Redução da Pobreza, conhecida como DENARP, foi adotada pelo governo em 2004 e foi apresentada aos doadores em 2006 na mesa redonda de Genebra.

Nessa altura, as preocupações centravam-se, mais nos aspetos ligados à governação, à reforma do sector da defesa e segurança e na recuperação do capital do sector privado, com vista a proporcionar o relance económico.

No entanto, embora alguns programas de desenvolvimento promovidos pelo Governo, com apoio de parceiros bilaterais e multilaterais, tivessem alguma ligação com o desenvolvimento sustentável, é verdade que os aspetos ligados ao desenvolvimento económico sustentável não foram bem integrados no DENARP I.

As prioridades nessa altura foram ditadas pelo contexto em que se vivia, embora já houvesse a consciência de que o desenvolvimento económico sustentável seria a única solução viável para lutar contra a pobreza em que o país se encontrava.

Do ponto de vista socio-económico, a capacidade interna de produção agrícola não tem conseguido fazer face ao aumento da procura causada pelo crescimento da população. Uma das causas desta incapacidade é a fuga de mão-de-obra de jovem do meio rural para os centros urbanos, também ela resultante de fatores ligados as alterações climáticas e o seu impacto no meio rural.

Como resposta imediata as populações tendem a adotar alternativas de adaptação socioeconómica, utilizando na maior parte as práticas não sustentáveis de exploração de dos recursos naturais, o que, como se pode constatar no capítulo anterior, reforça ainda mais a pobreza.

Para fazer face a estes problemas, a Guiné-Bissau ao longo dos últimos vinte anos tem vindo a integrar a componente da prevenção da degradação ambiental nas suas políticas sectoriais de desenvolvimento.

Quase todos os sectores, desde a agricultura, pesca, floresta, turismo, águas, ao urbanismo e a zona costeira, possuem um documento de política ou um Plano Diretor de Desenvolvimento. Mas, a sua aplicação, seguimento e, mesmo, a articulação entre esses planos ainda constituem desafios.

De seguida se apresentam algumas medidas e instrumentos utilizados para a prevenção da degradação ambiental no país

Instrumentos Legais

São instrumentos instituídos para regularizar o uso dos recursos naturais, os chamados “produtos da natureza” como: a água, o solo, as florestas, o ar, entre outros. Foram criadas para reduzir os impactos e os efeitos negativos sobre o meio ambiente. Serve para garantir que as exigências e condicionantes estabelecidas nos processos “as leis” sejam cumpridas, além de também regularizar situações de irregularidades perante a comunidade.

- **Lei Base do Ambiente**
- **Leis-Quadro das Áreas Protegidas**
- **Lei florestal**
- **Lei da Terra**
- **Lei e Regulamentos da Pesca Artesanal e Industrial**

Alternativas Socioeconómicas à Degradação Ambiental:

São várias as alternativas e atividades socioeconómicas que podem ser utilizadas para a sustentabilidade dos recursos naturais, dentre elas podemos destacar as seguintes:

- **Cogestão ou Gestão Comunitárias**
É a partilha de responsabilidades entre a Administração Local e os potenciais utilizadores dos recursos na tomada de decisões e na implementação conjunta de medidas tendentes à otimizar a utilização dos recursos naturais e da biodiversidade e a assegurar a sua preservação para benefício dos próprios utilizadores e das gerações vindouras.
- **Educação ambiental**
Através da valorização do papel da educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente e indutor da mudança dos hábitos e comportamentos considerados predatórios, em hábitos e comportamentos tidos como compatíveis com a preservação dos recursos naturais.
- **Comercialização**
Qualquer que seja a orientação principal do sistema produtivo - grãos, frutas, carne, leite, artesanato, etc, está claro, desde logo, que, superadas as limitações técnicas, o grande desafio a vencer é o mercado.

- **Ecoturismo**

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e procura a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações locais.

- **Agroecologia**

Esse modelo de promoção de sustentabilidade busca a harmonização das atividades agrícolas com as qualidades do meio natural. Ou seja, adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais.

- **Gestão integrado da cultura**

Conjunto de práticas que inclua o controle biológico, a rotação de culturas e o uso de variedades resistentes. Tem trazido resultados positivos na redução do uso de agrotóxicos, e na melhoria da renda dos agricultores.

8.2. Exercício de Reflexão 10

O Papel e Desafios dos ANEs no Domínio Socio-ambiental

Como a minha organização pode contribuir no processo do desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau tendo em conta a minha área de intervenção?

Sector de Actividade	SECTOR PRIMARIO
Agricultura	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Floresta	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Pesca	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪

Sector de Actividade	SECTOR SECUNDARIO
Energias	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Minas e Ptroleo	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪

Sector de Actividade	SECTOR TERCIARIO
Transportes e infraestruturas	▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Formação e Pesquisa	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Sensibilização	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Promoção de Saúde	▪ ▪ ▪ ▪

	▪ ▪
Turismo	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪
Transferências de tecnologias amigas do ambiente	▪ ▪ ▪ ▪ ▪ ▪

BIBLIOGRAFIA

BIDONE, Edison Dausacker e MORALES, Paulo Roberto Dias. Desenvolvimento Sustentável e engenharia. – Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004.

Cysne, m. Lista de Legislação Nacional Em Vigor com Relevância Ambiental, Março de 1998

DIAMOND, Jared M. Colapso. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

Ministério de Economia e Plano. Estratégia de Luta Contra a Pobreza, DENARP, 2010, República da Guiné Bissau

Ministério de Desenvolvimento Rural e Agricultura, Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente. Estratégia e Plano de Acção Nacional para a Biodiversidade, Projecto GBS/97/G31/G9. República da Guiné-Bissau

IBAP, Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau (2007-2011). República da Guiné Bissau, 2007

Diombera Kaoussou (2000, 2004) : Bilan de l'état de la préparation à la sécheresse et l'atténuation de ses effets en Guinée-Bissau, 30 pp.

MADR (2002), Carta de Política de Desenvolvimento Agrário, República da Guiné-Bissau.

Cassamá, Viriato e Al., (2009): Formulação de um Programa para a Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação (UNCCD) nos Países da CPLP; Relatório Final de Consultorias; Projecto de Cooperação Técnica (TCP CPLP/FAO); 118 pp.

DGA; (2006): Programa de Acção Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas; 99pp.

Simão da Silva A.; Da Silva A. O; Rabna P. (2000). Diagnóstico sobre o estado do ambiente no meio rural da Guiné-Bissau. 34P.

UICN (2003). Renforcer la durabilité sociale des actions de lutte contre la désertification, un manuel de réflexion

DGA; (2006): Programa de Acção Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas; 99pp.

Convenção das Nações Unidas de Combate e Desertificação.

Lei da Terra nº 5/98, de 23 de Abril, Assembleia Nacional Popular, Republica da Guiné-Bissau.

Lei de Minas nº1/2000, de 24 de Julho, Assembleia Nacional Popular, República da Guiné-Bissau.

MADR (Dezembro 2006). Memorando sobre o Estado da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Luta Contra a Desertificação (UNCNULD) na Guiné-Bissau, Balanço das actividades desenvolvidas no quadro do Processo de Elaboração do PAN/CNULD.

UICN (2001). Les aires protégées de Guinée-Bissau: Propositions pour une stratégie nationale 2001-2005. 50P.

UICN/DDC/RGB (2001). Développement durable dans la zone côtière de Guinée-Bissau: stratégie pour l'avenir. Atelier de Bubaque. SP. PEREIRA Anibal, DEA-GAPLA-MAFC, 2000.

Júlio Soares (2010): Auto avaliação Nacional das Capacidades a Reforçar Convenção sobre a Diversidade Biológica.

Páginas Web Consultadas

[Wikipidea](#)

<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/57anos/linhaacessivel.php>

<http://www.tierramerica.net/2002/0818/pconectate.shtml>

<http://jus.com.br/revista/texto/17154/a-evolucao-da-protecao-internacional-do-meio-ambiente-e-o-papel-da-soft-law>

ANEXO 1

Textos das Convenções do Rio

ANEXO 2

Lei Base de Ambiente

ANEXO 3

Sistema de Avaliação Ambiental

Outros Manuais do Programa de Formação Avançada já disponíveis:

Formações Temáticas

1. Manual de Segurança Alimentar e Nutricional
2. Manual de Ambiente e Conservação

Formações Metodológicas

1. Manual de Candidaturas a Subvenções da União Europeia
2. Manual de Gestão do Ciclo de Projeto e Guião de Actividades Práticas
3. Manual de Métodos de Promoção da Aprendizagem para a Educação Não-Formal
4. Manual de Planificação Estratégica
5. Manual de Gestão de Subvenções da União Europeia
6. Manual de Animação Comunitária
7. Manual de Seguimento e Avaliação

Contactos úteis:

Unidade de Gestão do Programa

Coordenadora da UGP: Ana Teresa Forjaz

Rua 10, Dr. Severino Gomes de Pina (antigo Edifício Função Pública)
Bissau

Telemóvel: 00 245 662 30 19 / 547 33 23

Email: ugp.paane@gmail.com / aforjaz@imvf.org



Financiado pela
União Europeia



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do UE-PAANE – Programa de Apoio Aos Actores Não Estatais e não pode em caso algum ser tomada como expressão da posição da União Europeia